



Políticas Educacionais no campo real da escola: Uma análise concisa da obra “**Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**”¹

O livro intitulado “*Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*”, de Stephen J. Ball, Meg Maguire e Annete Braun, docentes do Instituto de Educação da University College London, que lecionam o componente de Sociologia da Educação e investigam as políticas educacionais, foi publicado em 2012, na Inglaterra e traduzido para o português. A obra é organizada a partir de pesquisa feita em quatro escolas inglesas.

É um estudo direcionado para os professores, pesquisadores e profissionais da educação em geral, que vivem e refletem sobre as políticas educacionais, ou seja, há uma discussão de como as políticas surgem e se tornam atuantes, ou não, no contexto da prática das escolas. Neste sentido, as políticas educacionais são submetidas a processos de interpretação, reinterpretação, tradução, criação e recriação, tornando as escolas em espaços privilegiados de produção de políticas, de adaptação, de resistência, envolvidas por vários fatores contextuais.

O livro é dividido em sete capítulos e possibilita novos instrumentos de análise das políticas educacionais no espaço escolar. Em seguida, evolui na construção de uma teoria fundamentada sobre a atuação política, a partir de um estudo de caso feito em quatro escolas inglesas, no período de dois anos e meio, no qual reuniram, registraram, coletaram, observaram e analisaram os dados de como são feitas as políticas educacionais nesses ambientes.

No primeiro capítulo, “*Fazendo pesquisa sobre atuação de política*”, são apresentados os principais conceitos utilizados e o contexto da metodologia usada para analisar e interpretar os dados da pesquisa. Os autores demonstram aspectos da pesquisa e do conceito de política como um processo de algo diverso, encenado e colocado em atuação, em vez de implementado.

Para os autores, essas atuações ocorrem “*dentro das instituições e das salas de aula, mas de maneira que são limitadas pelas possibilidades de discurso*” (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 13). Elas acontecem em diversos níveis e situações, por exemplo: as escolas, autoridades locais, nacionais e internacionais. Uma são obrigatórias, outras são sugestões, outras prescritivas e outras ainda orientações, ou

¹ BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.



simplesmente viram artefatos da moda que nem sempre têm sua trajetória clara. Logo, entendemos que a política educacional não está restrita apenas às legislações e normativas: ela também está presente nas ações e nos espaços em que são produzidas.

No capítulo 2, denominado “*Levando o contexto a sério*”, os autores discutem sobre a contextualização de atuação de políticas e a dependência contextual, ao começar enfatizando: queremos levar o contexto a sério (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 35). Para tal, elaboram um quadro para classificação dos aspectos contextuais divididos em *contextos situados*, onde são abordados os aspectos ligados à escola, como matrículas, localização e história, bem como as “*culturas profissionais*”, que são os valores e o envolvimento dos professores em determinada escola, ou seja, esses elementos serão diferentes para um professor recém chegado, para um professor que trabalha alguns dias da semana naquela escola etc.; *materiais*, são os aspectos físicos da escola: estado de conservação do prédio, número de funcionários, materiais pedagógicos, acesso a tecnologias etc.; e os *contextos externos*, que são as pressões que a escola sofre, por conta das políticas, por exemplo, as avaliações externas.

Segundo os autores, em cada escola há uma situação única, seja nos aspectos históricos, na infraestrutura ou no perfil de pessoal. Isso tudo deve ser considerado nas análises das políticas, porém, muitas vezes, não o é. Nesse sentido, os autores aproveitam para fazer uma crítica, afirmando que em muitos estudos acadêmicos “*a política é desmaterializada*” (p. 36).

No terceiro capítulo, “*Fazendo atuação*”, há a apresentação da categoria dos atores de políticas que atuam nas escolas. Para a divisão dessas categorias são empregados dois conceitos fundamentais, quais sejam: *Interpretação*, “*um processo de explicação, esclarecimento e criação de uma agenda institucional [...] envolve vender a política para a equipe*” (p. 69); esse é um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, ou seja, literalmente “*atuar*” sobre a política (p. 69).

As categorias de atores de políticas são: **a) Narradores** - normalmente são os diretores, que têm que fazer um filtro da política, criar uma narração (um discurso), de acordo com o seu contexto, para que a política aconteça; **b) Empreendedores** – pessoa carismática, “*que se baseia em sua carreira anterior para pensar sobre a educação “de forma diferente*” (p. 81); **c) Negociantes** – são os membros externos às escolas, dos quais fazem parte parceiros, conselheiros, consultores etc. Realizam a interpretação e tradução das políticas “*vendendo o sucesso da educação*”; **d) Entusiastas** – são defensores de algumas políticas, os quais procuram influenciar outros atores no apoio a estas políticas.



Para isso, os entusiastas muitas vezes são tradutores da política, colocando esta em ação através de práticas materiais, eventos etc.; **e)** Críticos – são especialmente os membros dos sindicatos que buscam trazer um contra-discurso sobre as políticas estabelecidas, produzindo (ou não) uma reflexão sobre estas; **f)** Receptores – normalmente são os professores e funcionários novatos, que ainda não compreendem os contextos nos quais atuam e acabam consumindo (e defendendo) as interpretações e as traduções das políticas dos atores mais experientes do espaço escolar.

O capítulo 4, *Sujeitos da política: criatividade restrita e tecnologias de avaliação nas escolas*, é direcionado aos dados e explora como as políticas nacionais se desenvolvem no sistema escolar, bem como são encenadas pelos seus atores. O objetivo do capítulo é analisar a “*política de padrões*”, para demonstrar que diferentes políticas são atuadas nas escolas e precisam de diferentes tipos de atores. É esta política que, particularmente, tem sido utilizada pelos governos como mecanismo eficaz de “orientação” a distância. Os autores se interessam pelos padrões como um conjunto de práticas sofisticadas produzidas internamente ao processo de interpretação e tradução. Compreendem o estabelecimento de um sistema de regulação da educação que estabelece os vínculos entre as salas de aula e o padrões macros em que os sujeitos, para se tornarem atuantes, precisam de um processo de treinamento para a correção de suas ações, chegando a passar por uma classificação ou exclusão, ou seja, é a produção de corpos educados e mentes “produtivas”.

No capítulo 5, intitulado “*Sujeitos da política: fazendo política de comportamento na escola*”, reflete sobre como as escolas lidam com o comportamento, a disciplina, a gestão e a organização administrativa e pedagógica. As escolas entendem que o comportamento é um aspecto que influencia na aprendizagem e nos resultados, e é por isso que a gestão da sala de aula e a ação de controlar os estudantes preocupam os gestores e os professores.

No capítulo 6, *Artefatos da política*, os autores dão ênfase na concretização da política através dos “artefatos”, que seriam os materiais visuais e recursos documentais, pois estes reforçam e representam o discurso da “*boa escola*”, ou seja, a escola que atende uma conduta ideal ou desejável. É aqui que os autores fazem a crítica central sobre essa concepção de educação, pois, para eles, a concepção de boa escola está ligada à escolaridade para a competitividade econômica e um abandono dos aspectos sociais da educação.



O capítulo 7, *Em direção a uma teoria de atuação*, resume o pensamento em relação a como as escolas fazem políticas. Os autores afirmam que o principal método que usaram foi a relação entre dados e teoria. Para isso, discutem a teoria da atuação não como uma “*receita*” de como implementar política, mas sim como uma maneira de refletir criticamente o padrão instrumental e prescritivo adotado nas implementações das políticas. Os autores ressaltam a impossibilidade de produzir um modelo ideal, linear e único de atuação das políticas. As escolas têm o desafio de atuar políticas múltiplas e competitivas em contextos situados e complexos.

Por fim, partilhamos da opinião de que a obra contribui significativamente para o campo das pesquisas em educação. Sua metodologia e teoria são riquíssimas, além de nos estimular a pensar que os sujeitos que atuam no contexto da prática escolar são ativos e capazes de atuar sobre as políticas. Além disso, ter o exemplo dos outros países nos ajudam a refletir sobre a questão de que não é uma avaliação unilateral e burocraticamente programada que vai definir a qualidade de conhecimentos de alunos, bem como não são apenas documentos ou normativas que vão delimitar as políticas desenvolvidas na prática real das unidades escolares.

Resenhada por:

Ceane Dias Magalhães, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Estado de Mato (UFMT).